

OURO PRETO: DE MONUMENTO
NACIONAL A PATRIMÔNIO MUNDIAL.
AS RELAÇÕES DE PERTENCIMENTO E
RECONHECIMENTO DA COMUNIDADE
LOCAL COM A CIDADE-PATRIMÔNIO.

ISADORA PARREIRA RIBEIRO
Universidade do Porto
isadoraribeiro909@gmail.com

RESUMO

Cidade histórica localizada no estado de Minas Gerais, sudeste do Brasil, Ouro Preto é a primeira cidade classificada como Monumento Nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e também a primeira inscrita à Lista do Patrimônio Mundial pela UNESCO no Brasil. A sua classificação pioneira suscitou debates sobre os efeitos das classificações e produziu alterações de ordem material e simbólica que reverberam até a atualidade. Neste trabalho investiga-se através de periódicos publicados em Ouro Preto as relações de pertencimento e reconhecimento da comunidade ouro-pretana com a cidade-patrimônio. Foi dado especial enfoque às décadas de 70 e 80 do século XX, períodos que são respectivamente anteriores e coetâneos à inscrição de Ouro Preto à Lista do Patrimônio Mundial, com o propósito de demonstrar as permanências e novas urgências que se apresentaram desde a classificação à Monumento Nacional.

Palavras-chave: Ouro Preto; Patrimônio Mundial; Comunidade; IPHAN, UNESCO.

OURO PRETO: FROM NATIONAL
MONUMENT TO WORLD HERITAGE.
THE RELATIONSHIPS OF BELONGING
AND RECOGNITION OF THE LOCAL
COMMUNITY WITH THE HERITAGE CITY.

ISADORA PARREIRA RIBEIRO
Universidade do Porto
isadoraribeiro909@gmail.com

ABSTRACT

A historical city located in the Minas Gerais state, southeast of Brazil, Ouro Preto is the first city classified as a National Monument by the National Institute of Historical and Artistic Patrimony - IPHAN, being also the first in Brazil to be registered on the World's Heritage Site List. It's pioneer classification sparked debates about the classifications' effects and generated material and symbolic range changes that reverberate to the present day. In this paper, the relationships of belonging and recognition of the Ouro Preto community with the heritage city are investigated through Ouro Preto's published journals. Special focus was given to 70's and 80's decades of the 20th century, periods that are respectively prior to and concurrent with the registration of Ouro Preto on the World's Heritage Site List, for the purpose of demonstrating the abundance as well as the new urgencies presented since the National Monument classification.

Keywords: Ouro Preto; World Heritage; community; IPHAN, UNESCO.

INTRODUÇÃO

Este artigo é parte das reflexões iniciadas na pesquisa de mestrado intitulada “Ouro Preto: de Monumento Nacional a Patrimônio Mundial. Estudo do impacto das classificações na comunidade local”, vinculada institucionalmente ao Programa de Mestrado em História da Arte, Patrimônio e Cultura Visual da Universidade do Porto, Portugal.

Surgida a partir da experiência docente da autora na cidade de Ouro Preto, esta pesquisa procura investigar como a classificação de Ouro Preto a Monumento Nacional, servindo como um laboratório das práticas patrimoniais brasileiras, e, mais tarde, a indicação a Patrimônio Mundial pela UNESCO, foram responsáveis pelo distanciamento da população, tanto no que se refere aos instrumentos de salvaguarda e na manutenção dos bens quanto na relação da própria comunidade com o patrimônio.

Apesar de diretamente atingidas pelas classificações, e levando em conta as profundas mudanças na legislação patrimonial no que tange à participação popular, às comunidades é relegado um papel de observador. Considerando a quantidade de estudos sobre o patrimônio brasileiro e sobre Ouro Preto, pretendemos contribuir aqui com a perspectiva de diversos atores em relação ao patrimônio e este lugar de pertença e representatividade na cidade, que durante séculos é manipulada atendendo às narrativas institucionais.

A concepção inicial desta pesquisa estava baseada em uma série de entrevistas que seriam direcionadas a membros da comunidade ouro-pretana a fim de recolher informações que pudessem sedimentar os argumentos. No entanto, o distanciamento provocado pelo contexto da pandemia da Covid-19 obrigou a adoção de novas estratégias e fontes de pesquisa, fazendo-nos chegar à hemeroteca do Arquivo Público Municipal de Ouro Preto (APMOP). Acessamos, de forma virtual, 23 periódicos e analisamos 102 edições, reunindo materiais de diferentes atores sociais, como empresários, estudantes, turistas, religiosos, integrantes dos órgãos de preservação e a própria comunidade. A pesquisa nos jornais revelou-se uma rica fonte de informações sobre o tratamento dado ao patrimônio em Ouro Preto e sobre como era sua aceção nas diferentes esferas urbanas onde impactava, relembrando que a imprensa periódica não é apenas um receptáculo de informação, “mas uma peça documental que traz em si um amplo espectro de elementos socioculturais do momento em que foi produzida” (LUCA, 2006, apud TOLEDO, 2012). Os periódicos utilizados nesta investigação estão, em sua maioria, cronologicamente inscritos nas décadas de 1970 e 1980, períodos que são, respectivamente, anteriores e coetâneos à inscrição de Ouro Preto à Lista do Patrimônio Mundial.

Levando em conta que, como afirma Pierre Nora, o patrimônio “é também uma ideia imersa dentro da história. Um projeto datado que tem sua própria história.” (NORA, 1997, p. 143), percorremos alguns episódios que contribuíram para uma concepção republicana durante o século XX, plasmando as noções de identidade brasileira e, por consequência, os tombamentos. Neste sentido, as três partes que formaram este trabalho devem ser entendidas como uma cronologia de investigação do espaço físico, das relações de memória, pertencimento e reconhecimento da comunidade ouro-pretana com o patrimônio que, em tese, deveria emergir do povo.

Na primeira parte estão levantadas as hipóteses relacionadas à pergunta central da

investigação, a partir da revisão crítica de passagens da história brasileira, assim como o entendimento da formação *sui generis* da antiga Vila Rica, em relação aos demais territórios de Minas Gerais, causada pela intensa atividade exploratória de mineração e a sua fundamental importância econômica no período colonial, justificando a eleição da cidade como foco desta investigação.

Na segunda parte serão tratadas as primeiras gestões do IPHAN, a fim de compreender os passos iniciais da institucionalização do patrimônio brasileiro. As gestões foram problematizadas a partir dos seus “batismos” e das políticas empreendidas em suas administrações.

Na terceira e última parte, abordaremos como houve o alargamento da compreensão de centro histórico à paisagem histórica urbana e como esta apreensão se conformou tanto no território ouro-pretano quanto na relação da comunidade com a cidade-patrimônio.

Em última análise, o objetivo deste artigo não é encerrar a discussão sobre as relações de pertencimento e reconhecimento em relação ao patrimônio, mas incitar novas percepções, suscitar debates e levantar questões que nos aproximem do entendimento sobre o drama social do patrimônio.

Importante salientar que partimos do entendimento de que a escolha de qualquer periódico como objeto de pesquisa histórica requer a atenção do pesquisador, no que tange ao contexto, a produção, a materialidade, chegando até a distribuição e recepção do público. Tânia de Luca (2008) atenta para os perigos do uso fragmentário dos periódicos, “realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões”, fornecendo “imagens parciais, distorcidas e subjetivas”. Assim, os periódicos disponibilizados e escolhidos para este trabalho foram analisados levando em conta as suas narrativas, o contexto político em que estavam inseridos, a periodicidade e, na medida do possível, procurando “ouvir” todas as vozes presentes nas edições estudadas.

Dentre as edições analisadas, o Jornal de Ouro Preto (JOP)¹ foi o periódico com a maior quantidade de menções ao tratamento do patrimônio e a outras questões inerentes à organização municipal, saúde, educação, infraestrutura, destacando a preocupação em consultar a população nos mais variados assuntos. Não foram encontrados registros do JOP anteriores ao ano de 1982², período em que o jornal voltou a ser distribuído gratuitamente nos primeiros domingos de cada mês³. Fundamental ressaltar que a análise se inscreve no período em que o Brasil estivera sob a ditadura militar, e Ouro Preto apresentava-se como

1 O JOP foi criado como órgão do Grêmio Literário Tristão de Ataíde (GLTA), fundado em 18 de outubro de 1938, no Colégio Arquidiocesano, pelo Padre José Pedro Mendes Barros (1913-1999). A partir de 1957, o Padre José Pedro amplia e “universaliza” o GLTA, levando-o para a convivência urbana e não apenas estudantil, oferecendo atividades gratuitas no teatro e acesso à biblioteca. Segundo Silveira, Maia, Pereira e Silva (2017), Hécio Fortes consta como fundador do Jornal de Ouro Preto e do Cine Clube de Ouro Preto. Foi redator do “A Voz do G.L.T.A” e integrante da Corrente Revolucionária (CR) quando manteve ligações com a Aliança Libertadora Nacional (ALN), foi tragicamente assassinado no DOI-CODI, no ano de 1972, aos 22 anos.

2 A partir do ano de 1982 até 1985, consta como Editor Político do JOP, Antônio de Pádua Rodrigues, o Tônico, colega de Hécio Fortes na equipe de direção do “A Voz do G.L.T.A”, reconhecido secundarista militante em Ouro Preto.

3 Informação presente na edição do dia 14 de março de 1982, número 1, ano 1: “O JORNAL DE OURO PRETO volta a circular distribuído gratuitamente para 5 mil residências da cidade, levando mais de 20 mil pessoas a lerem as mensagens divulgadas neste número de retorno. [...] Nesta primeira fase, o JOP circulará nos primeiros domingos de cada mês”

centro de resistência e organização estudantil⁴, mantendo alguns núcleos organizados e conhecidamente influentes na região⁵, fazendo circular informações em boletins, panfletos e periódicos.

“A TERRA PARECE QUE EVAPORA TUMULTOS; A ÁGUA EXALA MOTINS; O OURO TOCA DESAFOROS; DESFILAM LIBERDADE OS ARES.”: A VILA RICA DA MINERAÇÃO

Localizada no Estado de Minas Gerais, a origem de Ouro Preto vem de um “processo de agregação de diversos arraiais de garimpo de ouro, ali estabelecidos no final do século XVII e início do XVIII”⁶, reunindo características singulares na paisagem, na arquitetura e no barroco mineiro.

A população das Minas era estimada em “50 mil almas, sendo trinta mil livres” (SALES, 1965 apud SALGADO, 2010, p.48) e contava com infraestrutura urbana considerável para a época, levando em conta as dificuldades de acesso ao interior do Brasil. A capitania torna-se, portanto, um novo centro de produção e consumo sustentada por um forte aparato burocrático através da cobrança de impostos, controle de importação e exportação, criação de juntas de julgamento e estabelecimentos de limites à entrada na região das minas (FAUSTO, 2012).

A ocupação dos sertões mineiros se deu em ondas, seguindo o ritmo dos conflitos territoriais e administrativos apresentados a partir da relação com a metrópole. No entanto, é no período da descoberta do ouro, entre os séculos XVII e XVIII, que se agravam as disputas na Vila Rica e se apresentam alguns fatores que permitem compreender as

dinâmicas socioterritoriais tantas vezes feitas, desfeitas e refeitas, que conduzem a relações dialéticas entre deter e estar em território de riquezas disputadas, bem como entre compreender e morar em uma cidade internacionalizada pela patrimonialização de sua cultura”. (VILLASCHI, 2014, p. 51).

A sociedade complexa surgida a partir da mineração, composta por atores diversos e permeada por disputas, teve, como afirma Sérgio Buarque de Holanda (2001), um papel decisivo na configuração do território brasileiro:

essa imigração, quase toda espontânea, serviu para povoar uma vastíssima região arredada do litoral que, de outra maneira ficaria sem dúvida abandonado e talvez perdida para os portugueses, afeitos tradicionalmente à colonização costeira. O descobrimento das jazidas do extremo oeste (MT) e a fundação ali de núcleos urbanos e fortalezas, em resultado desses achados, dera como fruto a silhueta geográfica do Brasil atual. (HOLANDA, 2001, p. 310).

A interação destes diferentes indivíduos, somadas à aspereza do trabalho, aos surtos de fome e à visão sobre as regiões mineradoras, produziram conflitos que foram considerados pela historiografia como elementos alteradores da paisagem e desta nova sociedade que se formara. Adriana Romeiro (2008) pergunta “em que medida as fomes influenciaram os modos de ver a nova paisagem, estabelecendo afinidades com o vasto e tradicional acervo de representações

4 Ver mais em: Histórias de repressão e lutas na UFOP, Ouro Preto e região/ Organizadores, Marco Antônio Silveira ... [et al.] – 1. Ed. – Ouro Preto: Editora UFOP, 2018 344 p.

5 Diretório Acadêmico da Escola de Minas (DAEM), Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Ouro Preto (DCE/UFOP), entre outros.

6 Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/30>. Consultado em: 18/01/2022

geográficas?”, Laura de Mello e Souza (2008) reflete sobre a composição heterogênea das sociedades mineradoras e esta foi, segundo a autora, mais intensa nas Minas, onde o caráter imediatista, instável e provisório assumido pelos empreendimentos, refletia diretamente na sociedade que se desenhava, tornando-a, da mesma forma, imediatista, instável e provisória, de acordo com relatos de viajantes e oficiais do governo metropolitano. Considerando a definição de espaço geográfico de Suertergaray (HIRAO, GOMES & PEREIRA 2005, p. 109), formado pela interrelação de componentes “sejam eles região, paisagem, território, rede, lugar, geossistema e ambiente” é possível compreender que a mineração do século XVIII teve um grande impacto na relação da sociedade com a natureza e consequentemente na sua própria formação. A opulência construtiva de Ouro Preto e as festas barrocas formaram o imaginário de uma “sociedade rica, eufórica e democrática, mas tudo indica que as coisas se passaram diferentemente” (SOUSA, 2015, p. 40). A visão de riqueza e de opulência em uma sociedade pobre foi responsável pela manipulação autoritária da estrutura social em que “uma das visões possíveis da sociedade foi imposta como a visão da sociedade, a que mais acertadamente refletia a estrutura social” (SOUSA, 2015, p. 41). Ao refletir sobre este trabalho, foi levantada a hipótese de que a formação dessa sociedade mineradora e heterogênea, construída “sob o signo da pobreza e da conturbação social” (SOUSA, 2015, p.80) e que vivia “provavelmente no limite da subsistência” (MARTINS, 2009, p 3), impactou na relação da sociedade – e no tratamento institucional – com o patrimônio que viria a ser a marca de Ouro Preto (e parte da identidade nacional brasileira) a partir do século XX.

No processo de formação do Estado brasileiro, é possível observar a forte presença estrangeira procurando “manter o país numa posição de total dependência” (ROMPATTO, 2001, p. 195), justificando a sua formação singular, forjada de cima para baixo: “o Estado, depois a nação e tudo que a condicionou como tal” (ROMPATTO, 2001, p. 198). Carlos Lessa afirma que “o Brasil plasmou uma economia nacional muito antes de ser uma nação. Prescindiu de um discurso nacionalista e pôde manter à sombra a ideia de povo” (LESSA, 2008, p. 241). O Estado brasileiro, assentado sob a tutela centralizadora da monarquia, não permitiu que houvesse a construção do pertencimento à nação, mas sim a um Portugal Transatlântico (ROMPATTO, 2001). Esse conjunto de afirmativas reforça a ausência de um projeto de nação com a participação das massas e de suas realidades.

O povo brasileiro, alienado da sua própria construção cultural, assistiu ao processo de transição para o Estado Nacional ser realizado sem grandes rupturas, desde 1808, e, sobretudo, sem a participação popular. Ressalta-se aqui que não obstante a ausência de rupturas, houve lutas e embates, combatidos e abatidos em favor dos donos do poder, a elite escravagista e proprietária. A afirmação de Pedro I, “tudo farei para o povo, mas nada pelo povo”⁷, reforça este traço da formação do Estado Nacional brasileiro, que é não tratar do povo e mantê-lo “distante da cidadania e da participação política” (FAUSTO, 2012, p. 127). Após a proclamação da Independência, a primeira constituição do Brasil, outorgada pelo Imperador Pedro I, reflete o enjeitamento da massa maior, composta por uma minoria de brancos e mestiços votantes,

⁷ Durante a festa de aniversário da princesa Maria Glória, Dom Pedro I pressionado por grupos populares no Campo de Sant’Anna profere esta frase, e no dia seguinte abdica de seu cargo em favor do filho Pedro II. Mary del Priore (CBN. Disponível em: <https://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/77423/tudo-farei-para-o-povo-mas-nada-pelo-povo.htm>)

cerca de 20% da população no Rio de Janeiro, e, dentre esses, nem todos exerciam o voto (FAUSTO, 2012). Ao mesmo tempo em que o povo participava da vida coletiva, em festas ou colocando em prática o sistema de ajuda mútua, se distanciava da concepção de participação coletiva como organização estatal, derivado da formação social brasileira eminentemente colonial e escravocrata, responsável por alienar a sua população reiteradamente. Os acordos entre Estado e população não eram claros. Carvalho (1987) afirma que o Estado ocupava posição externa ao cidadão, que apesar de considerá-lo útil em momentos pontuais, não via a necessidade de sua participação ou sequer a permitia. A visão de passividade relacionada ao brasileiro, na verdade, se configurava como uma estratégia das elites em manter o povo “bestializado” para a manutenção satisfatória do sistema, dificultando sobremaneira a adoção de signos para definir uma identidade nacional.

Essa prática seguiu-se ao longo do século XIX e os questionamentos sobre o que é “ser brasileiro” perduraram. Maria Isaura Pereira de Queiroz (1989) cita que a busca pela brasilidade, segundo os pesquisadores da época, se comporia de duas vertentes: “um patrimônio cultural formado de elementos harmoniosos entre si, que se conservaria semelhante através do espaço e do tempo; e a partilha do patrimônio cultural pela grande maioria dos habitantes do país em todas as camadas sociais” (QUEIROZ, 1989, p. 30). Mas, longe de ser ingênua, essa noção sugeria o embranquecimento e o isolamento da cultura brasileira. A impossibilidade de existir uma identidade nacional sem a completa homogeneidade de traços culturais era um ponto que suscitava o pessimismo entre os intelectuais e impossibilitava a construção de uma nação “branca, educada e refinada” (QUEIROZ 1989, p. 33). Fugindo à regra de outros territórios latino-americanos, o Brasil “é uma réplica lusitana inteiramente divorciada da retórica iluminista e da ideologia republicana” (LESSA, 2008, p. 237), em que, mesmo após a Independência, não se descolou do Estado luso.

Com a Proclamação da República em 1889 e a necessidade de abandono do Brasil rural, era conveniente a adoção de símbolos que inaugurassem a nova política. As lideranças mineiras, imbuídas do sentido da modernidade, projetaram uma capital moderna e condizente com os valores da República, e, em 12 de dezembro de 1897, se dá a transferência da capital de Minas Gerais para a recém-construída e planejada Belo Horizonte, afastando os símbolos do que era preciso esquecer.

“UMA CULTURA NACIONAL É UM MODO DE CONSTRUIR SENTIDOS – UM DISCURSO”⁸:

A IDENTIDADE NACIONAL NA REPÚBLICA

A afirmação de “um sentido patriótico que direcionava a construção da nação” (LOPES, 2004, p. 42) já era pauta em instituições como o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil desde a sua criação em 1838. A publicação da *História Geral do Brasil*, em 1854, de autoria de Francisco Adolpho Varnhagen, intelectual ligado ao Instituto, forneceu bases para a história brasileira contada à época. A defesa da integralidade territorial do Império e a valorização da colonização portuguesa eram os pontos centrais da obra de Varnhagen. O sentido histórico construído em sua obra “compreendia que a identidade nacional se assentava em uma ruptura

⁸ (HALL, 2003, p.50)

apenas política com a ex-metrópole” (REIS, 2001, apud GONÇALVES, 2015, p. 70), no qual “o Brasil não queria ser indígena, negro, republicano, latino-americano e não católico” (REIS, 2001a).

Já nos primórdios da República, estavam os folcloristas como Câmara Cascudo (1898 - 1968)⁹ e Sylvio Romero (1851-1914)¹⁰, que detinham uma visão romantizada do “ser brasileiro”, atrelando as manifestações populares à tradição, buscando uma autenticidade e a verdadeira raiz da cultura nacional. Romero auto intitulava-se darwinista social e considerava que havia “influência da raça e do ambiente sobre o caráter do brasileiro” (GUIMARÃES, 2008, p. 39). Tais concepções advindas dos primeiros estudos sobre a definição do povo brasileiro atrelaram-se à visão de três grupos: o negro, o nativo e o branco, responsáveis por deter a *alma nacional*.

Em 1933, Gilberto Freyre (1900-1987) publica *Casa Grande e Senzala* e volta-se à perspectiva racial na formação do povo brasileiro. A “mistura de raças” protagonizadas pelo negro, o europeu e o índio, que se misturavam ora na casa grande e ora na senzala, tornaram-se um ponto positivo para a construção desta pretendida identidade. Freyre aponta que as características de cada um desses grupos foram fundamentais na formação do brasileiro, “fazendo irromper em sua obra um certo orgulho em relação aos ingredientes dos quais seríamos formados” (GUIMARÃES, 2009, p. 41). A autora escreve,

Dos índios, o asseio pessoal, a higiene do corpo, o ardor guerreiro, o desapego, a rede do sono e da volúpia. Dos negros, o gosto pelo sol dos trópicos, a disposição para o trabalho, a energia sempre renovada, a sabedoria técnica, a maneira criativa, quase resignada, de lidar com um cotidiano adverso (seja na alimentação, nas festas, nos rituais religiosos ou na relação com os “senhores”).

Essas visões contribuíram para a fabricação do mito da “democracia racial” no Brasil, bastante difundido, principalmente, na Europa e nos Estados Unidos. A ideia de que os negros podiam ascender socialmente sem maiores dificuldades contribuiu para o auxílio da criação mítica de que o Brasil moderno era “uma sociedade sem preconceitos e discriminações raciais”, junto à ideia de que a escravidão aqui era mais branda do que em outros lugares do mundo. Freyre emprega ao termo um cariz científico e o usa para se contrapor à ideia de pureza étnica dos regimes nazistas e fascistas, colocando a cultura luso-brasileira em outro patamar “social”, de tolerância à mobilidade de diferentes povos. O Brasil transvestido de paraíso racial era apenas transfronteiriço. Lembrando que as críticas à brandura das relações sociais defendidas por Freyre foram ferozes na década de 1960.

Ao considerar a afirmação de Hall que “uma cultura nacional é um modo de construir sentidos – um discurso” (HALL, 2003, p. 50), as reflexões sobre a identidade nacional são trazidas à tona, tendo em conta que a cultura nacional, tomada como uma “fonte de significações culturais” (SILVA, 2019, p. 4), proporciona um sentimento de “identidade e lealdade para com aquela nação de que fazemos parte” (SILVA, 2019). A identidade nacional é tomada como uma construção histórica e, segundo Gontijo, é sujeita “a inúmeras invenções, reelaborações e disputas” (GONTIJO, 2009, p. 55) que são forjadas em episódios da história

9 Antologia do Folclore Brasileiro (1944), Os melhores contos populares de Portugal (1944), Dicionário do Folclore Brasileiro (1952)

10 [A filosofia no Brasil: ensaio crítico](#). (1878); Interpretação filosófica na evolução dos fatos históricos. (1880)

nacional. O Estado Novo se apresenta como um dos episódios forjadores na construção da identidade nacional brasileira, utilizando o patrimônio como propaganda e Ouro Preto como laboratório de práticas patrimoniais, apoiado sobre os ombros da intelectualidade brasileira que davam legitimidade ao seu projeto.

“VIR A MINAS É VIR AO CORAÇÃO DO BRASIL. OURO PRETO AMANTELADA NAS SUAS MONTANHAS VERDES, É COMO O REDUTO DA NOSSA NACIONALIDADE”¹¹: OURO PRETO NO CENTRO DA PATRIMONIALIZAÇÃO

A redescoberta de Ouro Preto na segunda metade da Primeira República (1889-1930) começou a ganhar palco entre os modernistas. O escritor Mário de Andrade, em 1919, defende enfaticamente que a arte barroca mineira é detentora de originalidade ímpar e, no ano seguinte, produz um artigo para a Revista do Brasil¹², considerado o marco de uma nova era na visão da arte colonial brasileira:

As igrejas construídas quer por portugueses mais aclimatados ou por autóctones algumas, provavelmente, como o Aleijadinho, desconhecendo até o Rio e a Bahia, tomaram um caráter mais bem determinado e, poderíamos dizer, muito mais nacional” (DIAS, 1972 apud CASIMIRO, s/d).

Mário de Andrade buscava “uma arte insubmissa aos padrões lusos, uma arte espontânea e inventiva, que não copiava inteiramente os modelos da metrópole, mas que primava pela originalidade e pela inovação” (NATAL, 2007, p. 194). A procura pela arte pura, ou como ele mesmo dizia, “inocente”, levou Andrade a incessantes pesquisas sobre Minas Gerais, e, em especial, Ouro Preto. Para Mário, a religiosidade era a maior responsável por moldar a sociedade brasileira, e, a arquitetura – o grande foco do escritor – seria a expressão pura da nacionalidade.

O afã modernista em encontrar tudo aquilo que era “verdadeiramente brasileiro” se realizou em Minas Gerais – “o Estado onde a brasilidade teria se desenvolvido de maneira mais espontânea e autêntica” (NATAL, 2007, p. 121), no qual o Brasil primitivo de Aleijadinho e do barroco singular desabrochavam em meio às montanhas. A viagem dos modernistas estendeu-se por todo o Estado, e, como denominou Oswald de Andrade, a “Viagem de descoberta do Brasil” tinha um caráter de desbravamento e novidade. Assemelhava-se às bandeiras paulistas que invadiram os sertões mineiros no século XVII ou a “Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil”¹³ que, no século XIX, imprimiu um poderoso retrato da sociedade brasileira colonial.

Torna-se fundamental destacar o papel da Caravana Modernista no que se refere à redescoberta de Ouro Preto que, desde a perda do título de capital mineira, no final do XIX,

11 Trecho da crônica do poeta Olavo Bilac escrita em 03 de novembro de 1893, em Ouro Preto. Percebe-se a importância de Ouro Preto gestada desde o fim do século XIX e consagrada no Estado Novo.

12 Uma das mais importantes publicações brasileiras. Segundo a historiadora Tânia de Luca, a Revista do Brasil divulgava propostas da intelectualidade brasileira e foi decisiva nos rumos da construção nacional.

13 Álbum iconográfico do pintor, desenhista e professor francês Jean-Baptiste Debret. Dividido em três volumes e publicado em Paris entre 1834 e 1839. Debret chegou ao Brasil em 1816 como integrante da Missão Francesa, caravana contratada por Dom João VI para introduzir o ensino superior de artes no Brasil.

ou ainda antes, com a escassez das jazidas minerais no XVIII, encontrava-se preterida. De acordo com Caion Natal, os modernistas paulistas intensificaram os valores de preservação que vinham sendo gestados desde o início do século XX e “a noção de patrimônio ganha lastro nos meios intelectuais e institucionais” (NATAL 2007, p. 126). O entendimento de patrimônio estava calcado basicamente na preservação dos “monumentos arquitetônicos e obras de arte eruditas associadas ao dito “passado nacional” (FÉRES, 2008, p. 42), que foram abordadas como “barroco mineiro” pelo movimento moderno e que foi considerada uma manifestação cultural tipicamente brasileira.

É notável a influência dos modernistas na redescoberta da cidade, mas há de se pensar nas consequências que o uso do discurso moderno empreendeu sobre o patrimônio ouro-pretano. Apenas a partir da década de 1930 as ações preservacionistas começam a ganhar destaque, e, aliadas ao discurso de identidade nacional e preservação da memória nacional, Ouro Preto é alçada a Monumento Nacional, em 1933¹⁴, pelo então presidente, Getúlio Vargas. Entre os anos de 1930 e 1945, Vargas instituiu um modelo de gestão inspirado nos regimes autoritários, seguindo o modelo europeu de alguns países. É importante compreender a ascensão e influência do varguismo no Brasil, pois durante a sua vigência é possível observar o tratamento destinado à preservação do patrimônio brasileiro com a criação do IPHAN¹⁵, e como Ouro Preto serviu não apenas como um laboratório de práticas patrimoniais, mas também como um dos elementos forjadores da memória e da identidade nacional brasileira.

A difusão do nacionalismo durante o Estado Novo carecia de elementos que promovessem a convergência imediata do sentimento de coesão, garantindo “o aporte que firmasse uma ideologia para assegurar ao Estado o apoio político que proporcionasse maior poder de persuasão, principalmente em relação às classes populares” (VIANNA, 2015, p. 4). Uniformização do ensino, aproximação de intelectuais e acadêmicos, e intensa valorização e incentivo aos centros universitários foram amplamente desenvolvidas no período. Vargas, que ancorou suas ações nacionalistas sob o tripé Patrimônio, Turismo e Propaganda, tornou Ouro Preto um dos mais expressivos casos de usos do patrimônio como “ferramenta política” (VIANNA, 2018, p. 26). Com o suporte físico e intelectual de diferentes personagens influentes, Getúlio Vargas pôde construir a imagem que tanto almejava: um país afeito às tradições e à ordem, congregando a imagem da diversidade. Somado a isso, salvaguardando a miríade barroca presente em Ouro Preto, mostrava-se cuidadoso com a sua história e como uma figura que valorizava a religião católica.

Aqui, em Ouro Preto, se condensam todas as tradições nacionais, como um patrimônio vivo da nossa história. Na contemplação das suas fases históricas, a partir da era do Descobrimento, nós desvendamos, através dos seus relevos típicos, o período colonial: a catequese, a mineração, as bandeiras e a Inconfidência, que constituiu o passo decisivo da formação da nossa nacionalidade ¹⁶. (Discurso de Getúlio Vargas apud VIANNA, 2018, p. 198)

Após uma década da “icônica viagem pôde germinar uma ação legalmente instituída

¹⁴ E classificada pelo IPHAN em 1938

¹⁵ Reconhecemos as nomeações do IPHAN ao longo dos anos (SPHAN, DPHAN), mas como recurso metodológico elegemos o nome amplamente conhecido para as referências ao órgão.

¹⁶ Trecho de discurso realizado pelo então Presidente Getúlio Vargas, em 1 de julho de 1938. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos-1/1938/13.pdf/>> download>.

para que se desse início à preservação da cidade” (BRASILEIRO, 2017, p. 260). Em 12 de julho de 1933, sob o Decreto Federal¹⁷ nº 22.928, Ouro Preto consolidou-se como Monumento Nacional e, não por acaso, a primeira cidade brasileira a receber a classificação. O caráter conservador do Decreto é alinhado ao pensamento de uma época que prezava antes de tudo pela monumentalidade que justificasse a História Pátria. A tarefa seria preencher de significados e produzir uma pretensa identidade nacional, respaldando o projeto político getulista. A escolha em proteger o “produto” nacional estava calcado abertamente na exclusão da diversidade cultural, chamada por Pires de “artificialização segregadora”, inscritas em um regime oficial, hegemônico, elitista, “quase nada do povo” (PIRES, s/d, p. 82). Neste cenário, foram gestados, portanto, os órgãos responsáveis pela salvaguarda do patrimônio histórico e artístico brasileiro que, apesar de divididos em “fases” por grande parte da historiografia, contemplam discursos bastante semelhantes.

O Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, criado no Estado Novo, tinha o objetivo de salvaguardar o patrimônio histórico e artístico brasileiro e, em Ouro Preto, o Instituto manteve, desde o início, um histórico de relações conturbadas com a população autóctone. A comunidade, constantemente alienada dos processos de salvaguarda, destinava duras críticas ao órgão que, por sua vez, se encontrava construído sob forte aparato burocrático institucional. Esta alienação empreendida faz com que exista certa confusão ou desconhecimento sobre a esfera de atuação ocupada pelo IPHAN.

Da mesma forma conflituosa se dá a relação da municipalidade com a União, uma vez que a carga burocrática é constantemente atribuída a um e a outro, e, na maioria das vezes, os resultados são fracos ou inexistentes, ficando a população prejudicada. Essa relação distante, confusa e complexa entre União, municipalidade e população não é recente, ela se faz presente em todas as “fases” do IPHAN. Essa divisão se refere às administrações em diferentes momentos ao longo do século XX.

A primeira gestão, chamada de “pedra e cal”, teve como diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade (1937-1967) e engendrou ações que em conjunto deveriam apresentar-se genuínas e autênticas, capazes de dar visibilidade à nação. A concepção de patrimônio no Brasil ia ao encontro do modelo francês do século XIX, “estatal e centralizador”, atendendo aos interesses políticos do Estado. Nesse sentido, o IPHAN teria o papel de “estimular e canalizar a participação social na preservação cultural, identificar e forjar um “patrimônio cultural brasileiro”, cunhar e consolidar uma estrutura estatal burocrático-cultural, nacional e eficiente”¹⁸. Aos bens, especificamente os materiais, era logrado o título de definidores da identidade brasileira, “vinculados a personagens e fatos memoráveis da história do país”¹⁹ e cujo conhecimento seria fundamental para a “constituição de uma consciência nacional, a despeito das diferenças regionais”²⁰.

Assim se dá o retorno ao imaginário colonial e triunfante através da valorização do

17 Para saber mais: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22928-12-julho-1933-558869-publicacaooriginal-80541-pe.html>

18 Sítios Históricos e Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais. Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Programa Monumenta. Caderno Técnico 3. 2005: 24

19 Sítios Históricos e Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais. Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Programa Monumenta. Caderno Técnico 3. 2005: 25

20 Idem

Barroco, principalmente na arquitetura, reforçando o seu papel de “matriz da arquitetura brasileira”²¹ e direcionando as primeiras ações do órgão, voltadas à seleção de bens dessa natureza. Os monumentos eram encarados, neste contexto, como “os testemunhos das virtudes e da identidade dos povos” (OLIVEIRA, 2016, p. 196) e por isso eram definidos como nacionais. A cidade tratada como obra de arte e responsável por resguardar o sentimento de nacionalismo desconsiderava a população, não sendo sequer motivo de referência (MOTTA, 1987). As ações do IPHAN nas primeiras décadas do século XX, na “cidade obra de arte”, previam trabalhos de correção e remoção de elementos arquitetônicos com o objetivo de homogeneizar o conjunto. Os escassos exemplos neoclássicos ou ecléticos eram descartados pela direção, afinal não cabiam na idealização da estética barroca. A intenção em fazer o que Castriota chama de “século e meio” (CASTRIOTA, 2007, p. 15) ser esquecido através da remoção dos elementos ou do simples ato de ignorá-los se mostrava como descaso com a população, “tendo em vista que importantes referências da história local estavam sendo suprimidas em prol de valores estéticos” (SANTANA, 2009, p.45). Um dos exemplos mais notáveis em Ouro Preto é o prédio onde funcionava o antigo Liceu de Artes e Ofícios, instalado em 1886 e esvaziado em 1946.



Imagem: autoria de Luis Fontana. Disponível em: <https://ouropreto.mg.gov.br/luizfontana/#fotografias> acesso a: 21 mar. /2022



Imagem: acervo da autora, 2021

21 Idem

Em 1957, instala-se no prédio o Cine Vila Rica. Nota-se a remoção de diversos elementos arquitetônicos, como a retirada da platibanda (frontões, pináculos e estátuas), destacando o telhado e fechamento das laterais do prédio com novas construções ao redor.

A “CIDADE-MONUMENTO” E A TENTATIVA DE TRANSIÇÃO À “CIDADE-DOCUMENTO”

Márcia Chuva (2012), ao refletir sobre a história da noção de patrimônio no Brasil, cita Eric Hobsbawm (1993) quando o autor afirma que as décadas de 1970 e 1980 foram as “décadas de crise” do capitalismo e que delas inauguraram novas formas de concorrência, ocasião em que “o capital ignora as fronteiras” (CHUVA, 2012, p. 147) e, junto às novas tecnologias, amplia-se a noção de patrimônio. A longa gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade imprimiu o uso do patrimônio para um projeto de desenvolvimento da identidade brasileira a fim de fortalecer a nacionalidade. Os fundadores do IPHAN sintetizavam na “cidade-monumento”, a qual Sant’anna (2015, p. 141) se refere “os valores estéticos, cognitivos e históricos”, e, apesar dos esforços empreendidos nas décadas seguintes para o esmaecimento da “cidade-monumento”, ela nunca deixou de existir. A administração de Rodrigo M. F. Andrade repousava sob o signo da “pedra e cal” e precisava, segundo Márcia Chuva (2012, p.87), ordenar “um sentimento de pertencimento ao grupo-nação, no qual todos se identificariam a partir de referências, ícones ou marcas aos quais eram atribuídos valores”.

A administração de Renato Soeiro (1967-1979), sucessor de Andrade, acontecia sob o “milagre econômico” do regime militar, e o plano para o patrimônio deveria se adequar a este projeto de desenvolvimento, nacionalidade e responsabilidade partilhada, como convoca a imprensa:

“Se você, irmão, tem uma casa no perímetro urbano da cidade de Ouro Preto, procure conservá-la, porque, legalmente ela é sua, mas simbolicamente pertence também ao patrimônio da União, e, como brasileiro, cumpra-lhe o dever de mantê-la de pé, no conjunto urbanístico da urbe. Isto é um dever que lhe impõe seu alentado espírito de brasilidade.” (Ouro Preto²² - Desapropriações, 12 abr. 1975, p.3)

Da mesma forma, era necessário aumentar o prestígio do IPHAN que, até então, se distanciava como órgão a serviço do patrimônio e, em tese, da comunidade, e era mais conhecido, segundo Azevedo (2017), como o “IPHAN de Rodrigo”, que se tornara quase um personagem mítico, com trinta anos à frente do órgão.

O plano de Soeiro propunha “uma ampla campanha de conscientização cidadã do que representava o patrimônio como valor cultural, de identidade e como gerador de riqueza” (AZEVEDO, 2017, p. 47). Dividido em quatro frentes, compreendia: instrumentalização para a modernização, descentralização, direcionamento de recursos (criação de fundos, taxaço do turismo e venda de produtos) e aperfeiçoamento da legislação. A criação e o incentivo aos cursos de restauração e a institucionalização de seu plano de ação através dos Compromissos

²² O redator do Jornal “O Ouro Preto” consta como Walter Valadão de Souza, professor da Escola de Minas e apoiador do regime militar. São notórias as publicações católicas, de cunho nacionalista e exaltadoras do regime militar.

de Brasília²³ e de Salvador²⁴, em 1971 (Brasil, 1973), também faziam parte de seu plano, chamado “silencioso” por Azevedo, pois apesar de nunca divulgado foi, em grande parte, colocado em prática. A instrumentalização na gestão do patrimônio empreendida entre o fim dos anos 1960 e durante a década de 1970, foi marcada pela criação de dois importantes marcos para a política preservacionista brasileira, ambos em 1973: o Programa de Cidades Históricas (PCH) e a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC). O terceiro diretor do IPHAN, Aloísio Magalhães (1979 -1981), propunha uma reaproximação às ideias de Mário de Andrade do início da década de 1930. A visão de Mário sobre o patrimônio “era mais abrangente que a comumente utilizada à época”, pois a sua definição “possuía uma base antropológica e etnológica” (FREITAS, 1994, p. 79), empreendida através de suas várias viagens de caráter etnográfico pelo Brasil, de seus debates com antropólogos, historiadores, sociólogos e do mapeamento do saber-fazer de cada região visitada. O CNRC e o PCH foram, portanto, uma tentativa da gestão de Magalhães de retomar o projeto de Mário de Andrade.

“Cristalizada para além do justificável” (PINHEIRO, 2006, p. 10), a nomeação de heroicos aos primeiros gestores do patrimônio possuem ressonâncias na apreensão do patrimônio ao seu público.

“Eu sempre via o Patrimônio, na época em que vivia em Ouro Preto, com a dimensão da restrição. Isto é, o Patrimônio, era sempre aquele que restringia; isto pode ou não pode.” (O Cruzado de 30 mai. 1986. Entrevista a Octávio Elísio. p.6)

Rinaldo e Gabriel Trópia, proprietários da Casa do Ouvidor tiveram problemas com o Patrimônio na restauração da casa onde funcionará em breve (se o Patrimônio deixar) o novo restaurante Casa do Ouvidor. “O Patrimônio é assim. Quando a casa está em ruínas, eles adoram. Mas basta ver alguém arrumando para começar a implicar. O Patrimônio diz que vê tudo, mas ficou cego diante da abertura de uma loja modernosa na Rua São José e da construção de uma casa na Rua Paracatu, que deveria estar no Bairro São Bento²⁵, em Belo Horizonte” (Jornal de Ouro Preto, 29 ago. 1982, p. 7)

O vigário do Pilar²⁶ diz que

“A cidade está pagando muito caro para ser patrimônio mundial porque é obrigada a receber estes turistas, falsos artistas, que vem pra cá abusarem, juntamente com uma cambada de estudantes”. “Quando vejo um estudante ou turista mal educado pergunto: em que caverna moravam?”. “O povo de Ouro Preto é muito sofrido e não tem apoio das autoridades” (Entrevista ao Jornal de Ouro Preto - Padre Simões acha alto o preço de ser monumento, 08 mai. 1983, p. 7)

23 1º Encontro dos Governadores de Estado, Secretários Estaduais da Área Cultural, Prefeitos de Municípios Interessados, Presidentes e Representantes de Instituições Culturais para estudo da complementação das medidas necessárias à defesa do patrimônio histórico e artístico nacional (Compromisso de Brasília, IPHAN, 1970).

24 2º Encontro de Governadores para Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil. Reunião promovida pelo Ministério da Educação e Cultura para ratificar, “em todos os seus itens, o Compromisso de Brasília” (Carta de Salvador, IPHAN, 1971, p.1)

25 Bairro localizado na zona sul de Belo Horizonte, considerada área nobre, predominância de construções novas.

26 Natural de Ouro Preto, Padre José Feliciano da Costa Simões era conhecidamente solidário ao golpe de 1964, ferrenho crítico ao patrimônio e repudiava a “ameaça comunista” que rondava o meio universitário, como demonstrado na carta enviada à direção da Escola de Minas: “Respeito o Ato Institucional em o Art. nº 8 e estarei sempre pronto a bem servir, também a minha pátria. Afirmando em consciência, que os elementos suspeitos conhecidos por mim, são os mesmos já sentidos pela alta direção da própria Escola. Alguns já se formaram e outros guardam a semente do mal ainda em Ouro Preto”. Arquivo Permanente da Escola de Minas de Ouro Preto. Caixa 256. Pasta Comissão de Inquérito de 1964, doc. 26, Folha 41. Observação referente ao grifo: não há especificações sobre qual ato institucional o vigário se refere. Disponível em: Histórias de repressão e lutas na UFOP, Ouro Preto e região/ Organizadores, Marco Antônio Silveira ... [et al.] – 1. Ed. – Ouro Preto: Editora UFOP, 2018 344 p

A postura verticalizada e não aglutinadora do IPHAN, desde a sua criação funciona como um dos fatores de distanciamento, principalmente da população, o que acaba refletindo na atividade turística e na apreensão dos funcionários do IPHAN sobre as atribuições do órgão, como nas referências a seguir:

Destacando os altos preços da mão de obra e apontando a postura dos “órgãos superiores” que “custaram a entender que esse tipo de serviço é necessário”, referindo-se às obras de conservação e restauração, o engenheiro do IPHAN, José Geraldo Brito, completa a sua entrevista ao Jornal de Ouro Preto dizendo:

“é um trabalho muito desgastante, mas se a população não percebe o valor disso nós ficamos muito descalçados”. (Jornal de Ouro Preto, 07 abr. 1985 - SPHAN em 4 anos ajudou 150 proprietários a restaurar casas, p. 6)

José Geraldo Brito exemplifica em outro trecho a sua insatisfação após perceber que o morador de uma antiga casa restaurada havia construído um cômodo adjacente, descaracterizando o imóvel:

“Na maioria dos casos não recebemos nem um muito obrigado” (Jornal de Ouro Preto, 07 abri./1985 - SPHAN em 4 anos ajudou 150 proprietários a restaurar casas, p. 6)

As falas de Brito revelam o fenômeno de “privatização do público e publicização do privado” (AMORIM, 2007, p. 139), comuns na sociedade atual quando os papéis se confundem e as esferas se descaracterizam. A partir da Constituição Federal de 1988, o patrimônio é tomado como um direito cultural nos artigos 215 e 216, reconhecendo-o como interesse coletivo e formador de identidade nacional, e, portanto, sendo o IPHAN um órgão estatal, serve a população respaldada pelo direito constitucional.

Esta relação também se estende a outros atores públicos, como a Prefeitura Municipal de Ouro Preto (PMOP), na figura de secretário de turismo e prefeito, professores da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e delegado de polícia, que continuamente confundem papéis e atribuições.

Na edição de 15 de dezembro de 1985, o Jornal de Ouro Preto publica entrevista com Bruno Bastos, Secretário Municipal de Turismo de Ouro Preto, e ilustra a complexa relação entre a UNESCO, o governo federal, a municipalidade e a população. O caráter paternalista adotado até então no tratamento ao patrimônio era, na altura, atribuído à UNESCO.

Bruno Bastos lembra que o título foi mal entendido, pois muita gente julga que a UNESCO deveria assumir uma atitude paternalista em relação à cidade “Na verdade, ao transformar Ouro Preto em patrimônio cultural da humanidade, o órgão da ONU cumulou o governo brasileiro com a obrigação de conservar e preservar esse monumento que é a cidade inteira. É compreensível que o governo da união não tivesse os grandes recursos necessários à criação de uma infraestrutura por exemplo para que a cidade se expanda, mas é aí que entraria o papel da UNESCO, que deveria ter sido acionada como locadora desses recursos junto aos organismos internacionais. Mas nada se fez.” (Jornal de Ouro Preto - Honraria da UNESCO pouco adiantou para a cidade-monumento. 15 dez. 1985, p. 8)

Na fala do Secretário a responsabilidade é retirada da PMOP e direcionada ao governo da União e à UNESCO. O “muita gente” a que se refere Bastos poderia incluir a própria Prefeitura.

Na mesma reportagem, a professora Maria Aparecida Zurlo, da UFOP, também forneceu seu depoimento e vê-se, mais uma vez, a confusão entre as atribuições:

“Aham que a UNESCO é que tem que financiar a conservação da cidade. Na minha opinião, o processo de descaracterização piorou. Muitas indústrias surgiram e cresceram na periferia da cidade e aumentaram as construções que desfiguram a paisagem, principalmente o verde dos morros. Quem sabe as autoridades locais poderiam pedir a UNESCO que pressionasse o governo federal para que sejam liberadas mais verbas para conservar Ouro Preto?” (Jornal de Ouro Preto - Honraria da UNESCO pouco adiantou para a cidade-monumento. 15 dez. 1985, p. 8)

Ou na entrevista do arquiteto José Eduardo Guimarães Beggiato, do 7º DER-SPHAN:

“A responsabilidade maior pela preservação e conservação de Ouro Preto, é das pessoas que moram na cidade, não é da SPHAN”

“O arquiteto defende a ideia de que as modificações nas construções da cidade, realmente, têm que acontecer, pelo fato de “Ouro Preto ser uma cidade viva e a população ter direito a certo conforto. Entretanto essas alterações não devem ser feitas de maneira aleatória. Pode mudar pode, mas vamos discutir como. Esse é o papel da SPHAN.” (Jornal de Ouro Preto - Arquiteto acha que morador deve ser o maior responsável. 07 abr. 1985, p. 06. Sublinhado nosso).

Vê-se no trecho sublinhado a relativização do papel da comunidade e a supervalorização do IPHAN, que se dá o poder de dar à população o “direito a certo conforto”, a partir da chancela do órgão.

O Delegado Municipal José Amir de Almeida afirma que:

“O povo de Ouro Preto é muito apático” (Jornal de Ouro Preto - Arquiteto quer criar sinal de trânsito só para Ouro Preto. 19 dez. 1982, p. 2)

A postura classicista, excludente e arbitrária da PMOP, também fruto da verticalidade de sua atuação, é expressa na fala do Prefeito José Leandro Filho ao ser questionado pelos comerciantes sobre a possibilidade de construção de banheiros públicos e a referência aos turistas como “farofeiros” ou “classe A”:

“O comerciante tem a mania de achar que o poder público pode resolver tudo. Acho que a construção dos banheiros públicos não vai resolver problema algum da cidade, pois tenho certeza de que, depois que eles estiverem prontos, os turistas farofeiros que lotam a cidade nos feriados prolongados vão continuar urinando em plena rua e não vai ser nunca possível evitar que esse tipo de turista continue frequentando Ouro Preto”

“Mas por acreditar que os banheiros não vão resolver o problema do turista, do comerciante e da cidade, eu não os coloquei como prioridade. E fica mais uma questão em aberto: deve-se construir banheiros de luxo destinados a atender meia dúzia de turistas classe A ou banheiros públicos destinados ao povão, aos farofeiros? (Jornal de Ouro Preto - Leandro considera banheiro público inútil ao turismo. 08 jul.1985, p. 05. Sublinhado nosso).

É perceptível na declaração do Prefeito a precariedade da relação com os comerciantes, o deboche com a “classificação” dos turistas e a completa falta de diálogo com a população, quando o prefeito enfatiza, em primeira pessoa, “**eu** não coloquei como prioridade” (a construção dos banheiros), sendo essa uma preocupação evidente dos comerciantes, como demonstrado no trecho transcrito acima, e da população de um modo geral, expressa algumas vezes nos periódicos analisados.

Villaschi (2014) afirma que o IPHAN não demoveu “de sua postura de autoridade máxima inquestionável e sem diálogo” (p. 293), e, apesar de passar por várias alterações na legislação e na sua própria constituição institucional, não promoveram a gestão compartilhada desde a criação do órgão até a “fase moderna”. A deficiência, ou, em alguns casos, a completa ausência de discussões compartilhadas que geram políticas públicas de qualidade e garantem qualidade de vida na cidade-patrimônio são obscurecidas pela beligerância entre os órgãos e reverbera também nos equipamentos culturais. Esses, baseados em sua grande maioria na lógica mercadológica, desobrigados de integrar a população ou a história local em suas exposições, acervos ou mesmo na visitação.

“HONRARIA DA UNESCO POUCO ADIANTOU PARA A CIDADE-MONUMENTO”²⁷: OS DESAFIOS DE OURO PRETO PATRIMÔNIO MUNDIAL

O que aconteceu desde que Ouro Preto se tornou a primeira cidade brasileira a ser galardoada com este sonoro título? Nada de diferente, a não ser o crescimento da deterioração arquitetônica e urbanística que aos poucos destrói o seu conjunto, considerado um monumento em si mesmo. As autoridades responsáveis – em todos os níveis, do governo municipal ao federal – se acomodaram. E, ao que saiba, o órgão da ONU até hoje não lhes cobrou qualquer providência que prove ter o governo brasileiro entendido a responsabilidade que a declaração de monumento mundial lhe trouxe. (Editorial intitulado “Amor mal declarado” do Jornal de Ouro Preto, de 15 dez. 1985, p. 4.)

Assim cumpre aos ouro-pretanos guiados por uma consciência crítica diante da atual realidade, se unirem e lutarem para a superação da dicotomia injusta que, em Ouro Preto coloca a cidade povo de um lado e o Monumento de outro, conferindo-lhe um tratamento desigual e arbitrário. (Jornal de Ouro Preto - “Ouro Preto Monumento, Ouro Preto monumento. Um dualismo a ser superado. 02 abr. 1983, p. 6.)

Ouro Preto é inscrita na Lista do Patrimônio Mundial como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, em 02 de setembro de 1980, e expressões desta natureza não são raras nos periódicos analisados. Mesmo anos após o recebimento do título oficial, a reportagem “Honraria da UNESCO pouco adiantou para a cidade-monumento” evidencia os conflitos entre o ato de nomeação e o nada feito para melhorias da cidade de modo mais amplo.

Bruno (Secretário de Turismo da PMOP) diz que a “Prefeitura nunca recebeu um documento conferindo o título, apenas a placa”. (Jornal de Ouro Preto - Honraria da UNESCO pouco adiantou para a cidade-monumento. 15 dez. 1985, p. 8)

“A cidade não ganhou absolutamente nada com esse título” (José Tomaz Gama, ex-secretário de Turismo e professor da UFOP. Jornal de Ouro Preto - Honraria da UNESCO pouco adiantou para a cidade-monumento. 15 dez. 1985, p. 8)

O diretor do Rotary Clube critica a colocação do emblema que serve para identificar os países inscritos à Lista:

“Logo encontramos um pardieiro, um barraco, situado numa grande praça nua e deserta a

²⁷ Reportagem intitulada “Honraria da UNESCO pouco adiantou para a cidade-monumento”, do Jornal de Ouro Preto, de 15/12/1985, página 4.

que ridiculamente é dado o nome pomposo de Rodoviária da cidade Patrimônio Cultural da Humanidade” (Jornal de Ouro Preto - “Rotary critica má colocação das inscrições em que UNESCO proclama Ouro Preto Monumento”. 07 abr. 1985, p. 5)

Existem profundas lacunas na condução administrativa nacional que refletem nas políticas patrimoniais e, portanto, nos órgãos responsáveis. Elevar cidades a Patrimônio Mundial sem considerar os contextos locais, a geopolítica e as interações socioeconômicas é colocar em risco as culturas locais, esvaziando seus sentidos e preenchendo com intenções mercadológicas prejudiciais às comunidades.

Na cidade patrimônio cultural da humanidade, leis e posturas, que deveriam ser aplicadas mais severamente do que em qualquer outra cidade, são desconhecidas. Aqui, faz-se tranquilamente o que seria proibido numa cidade comum, sem qualquer interesse histórico ou arquitetônico e artístico. (Jornal de Ouro Preto - Amor mal declarado. 15 dez. 1985, p. 4) (Patrimônio Mundial) é uma espécie de comenda, dessas que a gente recebe como honraria muito grande, mas depois guarda no fundo da gaveta e se esquece dela. (Declaração do Padre José Simão no Jornal de Ouro Preto “Honraria da UNESCO pouco adiantou para a cidade-monumento. 15 dez. 1985, p. 4.)

A existência do “valor excepcional universal”, no Patrimônio Mundial, tende a homogeneizar os locais se não envolve as populações detentoras da memória em todos os níveis de salvaguarda. O patrimônio como qualidade de vida e valor de identidade (ALMEIDA, 1998, p.7) deve ser encorajado. Privar a comunidade de construir sua memória coletiva em detrimento de qualquer interesse mercadológico é ameaçar a tradição. Não encontrar uma funcionalidade ou aplicação prática de determinado bem dentro de um grupo não faz sentido se não for reconhecido pelos seus pares e, assim, ele se perde, não há reconhecimento ou interação:

a semelhança das pessoas que se não tiverem os seus sítios de memória estão alienadas e têm uma vida sem sentido, também as comunidades, enquanto tais, necessitam de ancoradouros de memória, de valores e de padrões, isto é, de um Patrimônio que seja o fundamento da sua consciência e lhes garanta a perspectivação do futuro. (ALMEIDA, 1998, p. 7).

Os documentos norteadores do patrimônio, apesar de incluírem a participação de países fora do eixo Europa-América do Norte nas suas constantes reuniões e elaborações, ainda são constituídos por critérios que não abarcam os interesses de todas as nações e tornam os lugares ainda mais complexos.

A definição de “Patrimônio Mundial” atribuída pela UNESCO possui, acima de todas as características, um sentido universalista, uma vez que delega a “todos povos do mundo, independente do território em que estejam localizados” a responsabilidade de salvaguardar os bens patrimoniais de um modo geral. Esta visão dinâmica e viva sobre o patrimônio alinha-se aos centros históricos e a percepção de que estes espaços comumente serviram de cenário, ou até mesmo foram protagonistas na construção da história e do imaginário urbano, possuindo um “um forte simbolismo, é o que se entende por ‘identidade de cidade’, em que se conhecem culturas, costumes e história” (SILVA, 2012, p.10), merecendo “uma protecção e destaque especiais”.

“GENTE QUE CHEGA E QUE PASSA. E AS IDEIAS...”²⁸

De forma geral, os centros históricos se caracterizam por disputas de poder e dinâmicas de negociação entre os indivíduos que habitam uma cidade-patrimônio. A intensa expansão urbana de Ouro Preto é resultado do estabelecimento de grandes empresas a partir da década de 1980, que culminaram, não por acaso, com a intenção em abandonar a cidade-monumento e começar a pensar a cidade-documento, “que dava ênfase ao seu papel na consolidação do território nacional e como documento dos processos históricos de formação, desenvolvimento e produção do espaço urbano” (SANT’ANNA, 2015, p. 146). Essa é considerada uma abordagem orientadora da patrimonialização das cidades na década de 1980, que “passavam a ser vistas como um documento impresso no território que deveria ser preservado para a produção de conhecimento sobre a história da ocupação do território brasileiro.” (CHUVA, 2017, p. 96). Villaschi (2014, p. 70) afirma que há mudança no tratamento dos centros históricos, a partir da década de 1980, considerando-os decadentes “graças aos conflitos entre a rigidez de suas configurações territoriais”. Este fenômeno é iniciado, segundo o autor, pelo “ritmo acelerado da reprodução do modo de produção capitalista” (idem), e as próprias dinâmicas das cidades, constantemente em movimento.

Assim, a ocupação das encostas e morros circundantes é feita por trabalhadores recém-chegados ou pela própria comunidade que, paulatinamente, realiza migrações intraurbanas, constituindo uma nova configuração da paisagem ouro-pretana e também do patrimônio. Como afirma Milton Santos, “a paisagem é um conjunto de formas que, num dado momento, exprime as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza” (SANTOS, 2002, p.103). O crescimento acelerado da cidade na década de 1980 e a inscrição à Lista Patrimônio Mundial da Humanidade pela UNESCO imprimiram novas nuances no território ouro-pretano, modificando sobremaneira a paisagem e determinando a necessidade de incluir os morros circundantes na proteção. Por consequência, novos usos e apropriações do território foram sendo incorporados no núcleo urbano sem que os conflitos entre a comunidade, Prefeitura e IPHAN fossem sanados.

Enquanto se acumulam títulos pomposos país afora, Ouro Preto se deteriora assustadoramente. A cidade sofre as consequências desfigurantes da expansão urbana, multiplicam-se da noite para o dia as autênticas favelas de tijolo e concreto que vão descaracterizando o verde das encostas e os próprios habitantes sofrem as dificuldades desse desarranjo urbanístico. O País reclama das autoridades – em nome da sua reputação internacional e em nome das gerações futuras – um programa de preservação da memória nacional dinâmico e desprovido de meros formalismos burocráticos e da vã vaidade de colecionar honrarias inúteis. (Jornal de Ouro Preto - Elo Partido. 02 abr. 1983, p. 4)

²⁸ Trecho do poema “Romanceiro da Inconfidência” de Cecília Meireles



Charge do artista Edésio Esteves publicada no Jornal de Ouro Preto em 15/12/1985. O artista reclama: “é inacreditável que o governo federal disponha de verbas vultosas para tapar buracos de bancos e financeiras falidas, mas não liberar recursos para ajudar a manter e recuperar igrejas e prédios civis que integram o barroco de Ouro Preto e de outras cidades históricas tombadas, todas em estado clamoroso”. Fonte: Jornal de Ouro Preto 15/12/1985 p.12

Refletir as relações entre ser e habitar o patrimônio, através dos periódicos ou da própria experiência pessoal, envolve tramas complexas de apropriação, nem sempre facilmente identificadas. Resumir o patrimônio aos edifícios é restringir a cultura local a um discurso que majoritariamente não a inclui. Ribeiro (2009, p. 53) considera Ouro Preto, em uma lógica lefebvriana, onde há o concebido, visto como uma representação da memória nacional, notadamente através do IPHAN, o vivido, considerado como uma concepção simbólica e concreta dos espaços da cidade (ruas, praças, monumentos) e o percebido, como a experiência dos habitantes no viver cotidiano, as adaptações e resistências a partir das determinações do Estado “à brasileira”. A população ouro-pretana, apesar de centrifugada do centro histórico e apartada das decisões sobre a salvaguarda cultural, ainda elabora a sua construção de identidade e sociabilidades²⁹ através de momentos como a Semana Santa, com a construção coletiva dos tapetes devocionais, e o Carnaval.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A exploração da formação do Estado nacional brasileiro foi permeada por eventos que reforçavam a dependência da cultura europeizada e por imagens que serviam a propósitos não conectados à efetiva independência cultural do Brasil, ou o que Maria Lúcia Pinheiro (2017) chama de distanciamento e paternalismo, colocando a população em posição subordinada e necessitada de tutela cultural. Assim, percebemos que o problema levantado em Ouro Preto, na verdade, se mostrava como o detalhe de um retrato que estava colocado em moldura de grandes proporções, afetando a apreensão da cultura e do patrimônio no Brasil. Ouro Preto

²⁹ Neste sentido, ver o trabalho de Kathia Espinoza Maurtua “La identidad como um nuevo pilar em la construcción de las ciudades inteligentes: el caso del Cusco y Ouro Preto (1980-2016)”. A autora explora as questões de identidade da comunidade africana em Ouro Preto através dos Reinados e Congados.

se apresentava como um dos sítios em que esta percepção se mostrava exacerbada quando examinada de perto, além de carregar a responsabilidade de ser a cidade-modelo e pioneira nos processos de classificação.

A desconexão da identidade territorial e das dinâmicas socioculturais (VILLASCHI, 2014) de Ouro Preto, alimentada desde a sua eleição como Monumento Nacional na década de 1930, e continuada cinquenta anos mais tarde na inscrição à Lista de Patrimônio Mundial, provocou uma complexa imagem da cidade para quem a habita. A intensa produção de imagens e propagandas desde o século XIX formataram o símbolo de uma cidade quase irreal, colocando peso na percepção, assimilação e criação das próprias imagens neste grupo primevo da investigação. Na apreensão “fantasiosa” da cidade, gravada nas imagens intensamente circuladas, percebe-se o caráter excludente na relação com a comunidade e ultrapassa as fronteiras da imagem/monumento, ingressando nas relações socioculturais. Na realidade, as imagens da cidade, que deveriam ser condicionadas à memória coletiva, não se apresentam desta forma, fomentando a falta de reconhecimento e a conexão com o espaço patrimonializado.

A literatura consultada para esta investigação tenta explicar, de muitas formas, a apropriação do espaço, o uso do patrimônio para construção da identidade nacional e as narrativas para atender a atividade turística, mas dificilmente tenta tratar da conexão da comunidade ouro-pretana com o patrimônio. Enquanto essa literatura se mostrou essencial na discussão da identidade nacional, os periódicos deram a dimensão daqueles que habitavam Ouro Preto. Tratar de valores afetivos e percepções individuais é um campo complexo e perigoso. Mensurar tais valores e pertencimentos em âmbito acadêmico requer sensibilidade e aproximação com a comunidade para não incorrer em erros e violar as memórias. Percebemos que as dimensões de artefato, campo de forças e imagem que compõem a dinâmica da cidade, encontram-se saturados no diálogo com os habitantes e a cidade fabricada, repleta de “configurações topográficas, dos traçados urbanos e das formas arquitetônicas, dos arranjos espaciais, das estruturas, equipamentos, infinitos objetos” (MENESES, 2006, p. 36), que descrevem, em linhas gerais, a direção tomada pelos órgãos de salvaguarda em Ouro Preto e conduzem, na grande maioria das narrativas, uma visão restrita e empobrecida da cidade-patrimônio no Brasil.

O ato de habitar a cidade-patrimônio em âmbito nacional torna-se tarefa árdua, uma vez que as práticas, os significados sociais e até mesmo os vetores materiais alienados da participação popular tornam-se um problema grave, como afirma Meneses (2016, p. 36) quando diz que “sem as práticas sociais, não há significados sociais. Mas também não há significados sociais sem vetores materiais”. A cidade impalpável a que se referia Milton Santos (2012, p. 27), repleta de signos que dificultam a ação dos indivíduos, é uma cidade que aparta a comunidade.

O Brasil vive, atualmente, um processo acelerado de enfraquecimento, sucateamento e apagamento cultural. As direções do IPHAN são continuamente revezadas e criticadas, perpetuando a relação belicosa do órgão com os governos federais e estaduais, as administrações municipais e, sobretudo, com as comunidades, que são encolhidas em participações fracas ou inexistentes, colocando o patrimônio brasileiro em riscos iminentes, exposto à retórica da

perda, a falta de funcionários nos corpos técnicos dos órgãos de proteção e os investimentos insuficientes.

Esta perspectiva no mínimo preocupante, associada ao histórico precedente discutido neste trabalho, dilata os conflitos e coloca as comunidades em posição fragilizada, como explica Villaschi em perspectiva que pode ser transposta à Ouro Preto:

O Estado, ao institucionalizar o cenário barroco, faz com que seu morador se distancie do próprio patrimônio, do sentido de sua experiência, porque essa só é possível pela relação estética com o lugar. Assiste-se a uma inversão de papéis onde o Estado assume a condição de “guardião local” e o morador passa a ser visto como um virtual transgressor, encontrando-se nele o sentido da barbárie. (Lemos, 1994, assim como citado em Villaschi 2014, p. 100. Sublinhados do autor).

O esforço empreendido aqui se materializa em uma perspectiva quase utópica de que as nossas reflexões possam servir como motor de transformação da relação da comunidade ouro-pretana com o patrimônio. Se não motor, pretendemos que este trabalho acenda faíscas que iluminem outros lados que não esse do distanciamento, da exclusão, da falta de empatia, e sim do estímulo a relação positiva, construtiva e, sobretudo, afetiva ao patrimônio. Ouro Preto não é o extrato do Barroco, de Tiradentes e de Aleijadinho, mas, principalmente, pertence à população que vive nas encostas e nos morros, nas “bordas” e nos distritos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Carlos. Patrimônio- Riegl e Hoje. Revista da Faculdade de Letras - História, volume 10 , 1993, 407-416.
- AMORIM, Fernando d. A confusão das esferas do público e do privado e o necessário resgate da eudaimonia aristotélica na administração da “coisa do povo”. Revista Tópos, volume 1, 2007 139-154.
- ARNAUT, César; SKALINSKI, Oriomar. A imprensa periódica como fonte para a história da educação: teoria e método. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.48, p. 255-268 Dez.2012.
- AZEVEDO, Patrícia. Identidade nacional e história: a diversidade como “patrimônio sócio-cultural”. In: M. Abreu, & R. S. (org.), Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003
- BRASILEIRO, Vanessa Borges; DANGELO, André Guilherme. Ouro Preto, Vila (Des)Aparecida: A difícil relação entre o centro histórico e suas áreas de entorno. Oculum Ensaios - Revista de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, volume 14, 2017, 257-273.
- CARVALHO, José Murilo. Os Bestializados. São Paulo: Companhia das Letras, 1987
- CASIMIRO, Ana Palmira Santos. A redescoberta do barroco brasileiro e os desafios da pesquisa em um arquivo colonial, 2014.
- CASTRIOTA, Leonardo. Intervenções sobre o patrimônio urbano: modelos e perspectivas. FORUM PATRIMÔNIO: amb. constr. e patr. Sust. Belo Horizonte, 2007 pp. 9-31.
- CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2012, 147-165.
- DIAS, Maria de Fátima. A relação entre o intelectual e o poder na obra “Prefácio Interessantíssimo” de Mário de Andrade. Brasília, Junho de 2006.
- FAUSTO, Bóris. História concisa do Brasil. São Paulo: Edusp, 2012.
- FÉRES, Leila M. Um balanço das formas de proteção institucionalizadas do patrimônio cultural no Brasil e o caso da cidade de Ouro Preto, MG. Revista Mosaico, São Paulo, volume 8, 2017
- FREITAS, Marcelo d. Mário de Andrade e Aloísio Magalhães: dois personagens e a questão do patrimônio cultural brasileiro. 46ª Reunião Anual SBPC, Vitória, 17 a 22 de junho, pp. 71-93, 1994.
- GONÇALVES, Sérgio. O Brasil entre a história narrativa e a história analítica (1840-1870): civilização, progresso e desenvolvimento. UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”, Franca, São Paulo, 2015
- GUIMARÃES, Lara L. (2009). A identidade do povo brasileiro em cena: a construção da brasilidade no discurso do JN. 2009. Dissertação (Faculdade de Comunicação Social) Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.
- HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. (T. T. Silva, & G. L. Louro, Trans.) Rio de Janeiro: DP&A, 2006
- HIRAO, Hélio, GOMES, Marquiana. d., & PEREIRA, Martha. (2006). Paisagem: Diferentes olhares sobre o espaço geográfico. São Paulo: FCT/ Unesp, 2006.
- LESSA, Carlos. Nação e nacionalismo a partir da experiência brasileira. Estudos av. Dossiê Nação / Nacionalismo, volume 22(62), 2008.

- LOPES, Tânia. Ouro Preto: O Drama Social do Patrimônio. Campinas: Universidade Federal de Campinas, 2004.
- LUCA, Tânia Regina. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi(org.). Fontes Históricas. 2.ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008
- MARTINS, Roberto B. Vila Rica, vila pobre: dilemas de uma historiografia de aluvião. Belo Horizonte : Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.
- MARTINS, Sandra. A experiência da modernidade e o patrimônio cultural. REIA- Revista de Estudos e Investigações Antropológicas, Recife, volume 1, 7-29, 2014
- MENESES, Ulpiano. A CIDADE COMO BEM CULTURAL - Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano. Patrimônio: atualizando o debate, São Paulo 34-76. (s.d)
- MOTTA, Lia. A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. Revista do IPHAN, Rio de Janeiro, p. 108-122, 1987.
- NATAL, Caion. Mário de Andrade em Minas Gerais: em busca das origens históricas e artísticas da nação. História Social, Belo Horizonte, volume 13, pp. 193-207, 2007.
- NORA, Pierre. Les lieux de mémoire. Paris: Gallimard, 1997.
- OLIVEIRA, Elza A. Igreja e rua, dois espaços a mesma fé. Sacralização do espaço na festa de Corpus Christi. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.
- PINHEIRO, Maria Lúcia Bressani. Trajetória das ideias preservacionistas no Brasil: as décadas de 1920 e 1930. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, volume 35, p 13-32, 2017
- PIRES, Maria C. Proteção do patrimônio cultural: da monumentalidade aos bens imateriais. Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. (s/d).
- QUEIROZ, Maria Isaura. Identidade cultural, identidade nacional no Brasil. Tempo Social - Revista de Sociologia da USP, São Paulo, volume 1, 29-46, 1989.
- ROMEIRO, Adriana. Os sertões da fome: A história trágica das Minas de ouro em fins do século XVII. sÆculum – Revista de História, Belo Horizonte, 165-181, julho/ dezembro 2008.
- ROMPATTO, Maurílio. A formação do estado nacional brasileiro. Revista Akrópolis, Curitiba, volume 9, p. 185-196, 2001.
- RIBEIRO, Cláudio R. Ouro Preto ou a produção do espaço cordial. Dissertação (Programa de pós-graduação em Urbanismo) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- SANT'ANNA, Márcia. A cidade-patrimônio no Brasil: lições do passado e desafios contemporâneos. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, Andrey Rosenthal Schlee (org.), volume 35, 139-156, 2017.
- SANTANA, Marcela. As bordas da cidade colonial: um estudo da paisagem tombada de Ouro Preto-MG. 2012. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2012
- SANT'ANNA, Márcia. Da cidade-monumento à cidade-documento: a norma de preservação de áreas urbanas no Brasil 1937-1990. Salvador: IPHAN, Ministério da Cultura, Governo Federal Brasil: Oiti. 2015.

- SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000.
- SANTOS, M. S., NEVES, G. R., & (orgs), L. B. O espaço da cidadania e outras reflexões. Volume 3. Porto Alegre, Brasil: Fundação Ulysses Guimarães. Coleção O Pensamento Político Brasileiro, 2013.
- SILVA, Pedro. Propostas de requalificação cultural e turística na cidade do Porto classificada como Patrimônio Mundial pela UNESCO. Instituto Politécnico de Viana do Castelo, Viana do Castelo, Portugal, 2012.
- SILVA, Glauber. P. Noções de identidade de Stuart Hall e o diálogo com o patrimônio cultural imaterial. Recife, ANPUH- Brasil. 30º Simpósio Nacional de História, pp. 1-13. 2019.
- SOUZA, Laura de Mello. Desclassificados do ouro. São Paulo: Paz e Terra, 2008
- SALGADO, Marina. Ouro Preto paisagem em transformação. Curitiba: CRV, 2020
- SILVEIRA, Marco Antonio et al (Orgs.). Histórias de repressão e luta na UFOP, Ouro Preto e região. Ouro Preto: Editora UFOP, 2018. 344 p.
- VIANNA, Andrea. Patrimônio e turismo no Brasil: desenhando a identidade nacional na Era Vargas. SNH 2015 - XXVIII Simpósio Nacional de História, Florianópolis pp. 1-13, 2015.
- VILLASCHI, João N. Hermenêutica do Patrimônio e apropriação do território em Ouro Preto-MG. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.